

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1516244 - PR (2019/0158132-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : ANA BORGES MOTTA  
**AGRAVANTE** : ANTONIO ANGELO LEITE  
**AGRAVANTE** : ANTONIO FERREIRA DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : CARMEM ZATTI  
**AGRAVANTE** : ELOEDIR CORREIA  
**AGRAVANTE** : IVETE MARIA DA SILVA  
**AGRAVANTE** : IVO WALKE  
**AGRAVANTE** : IZA LANES SITTA  
**AGRAVANTE** : JANE MARIA MIRANDA FANK  
**AGRAVANTE** : JOAQUIM FERREIRA DE SOUZA NETO  
**ADVOGADOS** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123  
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668  
RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728  
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788  
WARLYANE GOMES SOUZA - PA018118  
**AGRAVADO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449  
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572  
VALENTINA RABELLO NEVES - RS101118  
MARCOS JOSE GREGORY ZIMMERMANN - RS080729

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURO HABITACIONAL. NATUREZA CONTRATUAL DO SEGURO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM FAVOR DO CONSUMIDOR. MATÉRIAS NÃO PREQUESTIONADAS. SÚMULA 211/STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ABRANGÊNCIA DOS DANOS COBERTOS PELO CONTRATO DE SEGURO. REEXAME DE ELEMENTOS FÁTICOS E DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Quanto à natureza contratual do seguro habitacional e à sua interpretação de forma mais favorável ao consumidor, verifica-se, da análise dos autos, que do aresto combatido não se extrai manifestação da Corte de origem sobre as referidas matérias. Dessa forma, evidente a ausência de debate do tema, a atrair a incidência da Súmula 211/STJ.
2. É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior, no sentido de que, infirmar a conclusão do Tribunal estadual, acerca da abrangência dos danos cobertos no contrato de seguro, exige o revolvimento fático-probatório dos autos, assim como a interpretação de cláusulas contratuais, o que não se admite no âmbito do recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ, por ambas as alíneas do permissivo constitucional.
3. Agravo interno desprovido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator